

REFLEXO DA PANDEMIA: DESIGUALDADES DE ACESSO E EVASÃO

Joyce Ferreira Franco
Renata Machado Paes da Mota
Luci Mara Lundin
joyce_grm@hotmail.com
renatampm@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os reflexos no acesso à educação e à evasão escolar que foram acarretados pelo fechamento das escolas por conta da pandemia da COVID-19. Para responder a tal cenário, se dispôs de pesquisa bibliográfica a partir de documentos oficiais, sites e artigos científicos. Os resultados mostraram que muitos são os desafios para o atual contexto, sendo necessárias, políticas educacionais que universalizem o acesso à internet, de modo que as desvantagens de origens sociais sejam equiparadas e o direito a educação seja respeitado. Isto posto, respostas a tais reflexos pandêmicos nas desigualdades de acesso e evasão escolar, devem advir das relações que entremeiam o Estado-escola-aluno-família de modo que o apoio mútuo poderá dar o suporte necessário a dirimir as consequências acarretadas pela pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Pandemia. Desigualdades. Acesso. Evasão.

ABSTRACT

This paper aims to present the effects on access to education and school dropout caused by the closing of schools due to the COVID-19 pandemic. To respond to this scenario, it made use of bibliographical research based on official documents, websites and scientific articles. The indispensable results are the challenges for the current context, making educational policies that universalize access to the internet necessary, so that the disadvantages of social origins are balanced and the right to education is respected. That said, responses to such pandemic reflexes on inequalities in access and school dropout, must come from the relationships that intertwine the State-school-student-family so that mutual support can provide the necessary support to settle the consequences brought about by the Covid pandemic -19.

Keywords: Pandemic. Inequalities. Evasion Access.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos principais meios de acesso a bens materiais, culturais, posições ocupacionais e de renda. Tal fato nos leva ao entendimento de que a diminuição das desigualdades de acesso à educação seria uma das principais maneiras de combater as desigualdades ao longo das gerações. A Constituição Federal de 1988 passou a garantir a educação como direito de todos e a partir da emenda constitucional nº 59 de 2009, a educação básica passa a ser obrigatória da pré-escola ao ensino médio; concretizando o direito de todos à educação. Contudo, o que mais exige atenção da educação brasileira, são as dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes na escola e à melhoria da qualidade da educação.

De acordo com o relatório do UNICEF, percebemos que um número expressivo de crianças e jovens estão fora da escola. Esse quadro nos mostra que:

Então chegou a pandemia da Covid-19 e a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais. Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado. (CENÁRIO da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. UNICEF, [S. I.], p. 5-56, 15 abr. 2021)

A falta de acesso à escola, às aulas, durante a pandemia, ampliou a desigualdade, pois os alunos que não têm acesso aos recursos digitais e à tecnologia da informação se veem em mais uma situação que possibilita o aumento das diferenças socioeducacionais.

Além disso, é preciso ter a compreensão de que os recursos familiares e as próprias características dos sistemas educacionais podem influenciar as chances de progressão dos alunos e, esses dois fatores associados à pandemia do coronavírus e à alternativa encontrada no ensino remoto, dão indicativos que as desigualdades nos sistemas de ensino se agravaram. Por isso, quanto maior for a capacidade das escolas, de oferecer um ensino de qualidade capaz de superar as desvantagens de origem social dos alunos, maiores serão as chances dos sistemas de ensino

diminuírem as desigualdades de oportunidades educacionais e, conseqüentemente, a evasão escolar.

Como os sistemas educacionais podem diminuir as desigualdades de acesso dos alunos que não dispõem de recursos digitais, de tecnologia da informação e até mesmo, apoio familiar, para que os mesmos possam participar e ter acesso aos materiais das aulas nos anos iniciais do ensino fundamental, de modo a reduzir os altos índices de evasão escolar?

No momento atual, observa-se a necessidade de identificar e pontuar aspectos a serem melhor trabalhados no que diz respeito à educação e, principalmente, ao acesso, permanência e sucesso, visando maior equidade socioeducacional.

Assim, o presente trabalho foca em desenvolver essa temática da desigualdade na educação, de modo a trazer melhorias ao âmbito escolar em tempos pandêmicos.

Segundo dados disponibilizados pelo UNICEF (2020), no início da pandemia no mês de março, no Brasil, 4,8 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios sem acesso à internet. A pesquisa mostra, que, no país, 11% da população dessa faixa etária não é usuária de internet, não acessando a rede nem em casa e nem em outros lugares nos três meses que antecederam a entrevista. Sendo, a exclusão ainda maior entre crianças e adolescentes que vivem em áreas rurais (25%), nas regiões Norte e Nordeste (21%) e entre os domicílios das classes D e E (20%).

Frente a realidade exposta pelos dados colhidos pelo UNICEF (2020), as diferenças socioeconômicas e regionais se expressam na desigualdade ao acesso ao ensino remoto, já que em sua pesquisa, dá visibilidade, que apesar dos esforços das redes públicas em manter o processo de ensino e aprendizagem, de forma remota, o contexto da pandemia mostra que há muito que melhorar para que a equidade seja uma realidade no contexto educacional brasileiro e para que o direito à educação seja efetivo e de qualidade.

A análise a respeito da evasão e o abandono escolar, que já eram temas da reflexão de educadores, se torna ainda mais necessária agora, sob os efeitos da pandemia.

Não se tem um único conceito de evasão escolar; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, em 1998, conceitua abandono escolar como a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na evasão, o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar.

Assim como o Inep, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, em 2012, conceituou o abandono escolar como o afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência. Steinbach (2012) e Pelissari (2012) usam o conceito abandono escolar, pois consideram “evasão” um “ato solitário”, levando a responsabilizar o aluno e os motivos externos pelo seu afastamento. Ferreira (2013) chama de “fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que vivencia o aluno em seu cotidiano”. Machado (2009, p.36) diz que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

Com a evasão escolar no Brasil podendo ser considerado um problema crônico, agora, agravado pela pandemia e com a alternativa do ensino remoto - como estudantes de pedagogia, nos sentimos desafiadas pela realidade educacional brasileira, a buscarmos conhecimento acerca do assunto, a fim de identificar possíveis soluções para a diminuição desse contraste escolar no que se diz respeito ao acesso e evasão, para então, enfrentarmos essa nova realidade escolar, infelizmente, defasada no tocante ao acesso da tecnologia da informação e comunicação, tanto pelas instituições de ensino públicas, quanto de um número significativo de seu alunado.

GERAL

O objetivo deste projeto é identificar como o sistema educacional pode diminuir a desigualdade de oportunidade de acesso às aulas nos anos iniciais do ensino fundamental I no contexto da pandemia covid 19, de modo a diminuir os índices de evasão escolar.

ESPECÍFICOS

- Comparar o aumento das desigualdades de acesso à educação no contexto da pandemia da Covid-19.
- Investigar o crescimento da evasão escolar durante o período de ensino remoto.
- Analisar a deficiência de acesso aos recursos digitais.
- Identificar possíveis soluções para a diminuição da desigualdade de acesso.

Através da pesquisa bibliográfica, o presente projeto analisará o crescimento das desigualdades de acesso à educação nos anos iniciais do ensino fundamental, no contexto da pandemia da Covid-19, bem como o aumento da evasão escolar e o déficit de acesso aos recursos digitais, com a intenção de identificar possíveis soluções para tal problema.

A pesquisa contará com dados atuais retirados de diferentes fontes, como UNICEF, Todos Pela Educação, INEP, Ministério da Educação - além, de diversos autores, tendo como exemplo: Marcelo Neri, Machado, Ricardo Paes de Barros e Casagrande.

DESIGUALDADE EDUCACIONAL

A desigualdade na educação é composta por vários fatores, tais como: reprovação, distorção idade-série, acesso e o abandono escolar.

Segundo Marcelo Neri (2020), são necessárias mudanças estruturais na educação e em outros aspectos para que a desigualdade melhore.

O censo escolar de 2020, registra uma expressiva queda nas reprovações, como se verifica no Painel das Desigualdades do Cenpec. No entanto, é preciso considerar que a pandemia da Covid-19 impediu as atividades presenciais e, estados e municípios seguiram as recomendações do Conselho Nacional de Educação, evitando as reprovações (Parecer nº 11, de 07 de julho de 2020). Sugerindo que a queda na reprovação está mais ligada ao parecer do que efetivamente a melhora no desempenho escolar.

Outro fator que corrobora para a desigualdade é a distorção idade-série. Essa se revela às reprovações que ocorrem no percurso da vida escolar. Nessa situação encontram-se os estudantes que estão pelo menos dois anos acima da idade considerada ideal em relação ao ano escolar. Em 2019, eram 13,3% dos alunos matriculados. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a distorção idade-série é de 15,5% em 2020, tendo um aumento de 2,2% apesar do parecer nº11/20.

Agora, em relação aos outros dois fatores ligados diretamente à desigualdade educacional, sendo eles – acesso e evasão, discutiremos mais detalhadamente acerca de seus índices antes e durante a pandemia, evidenciando o reflexo causado por esta grande crise sanitária a qual estamos vivendo.

ACESSO À EDUCAÇÃO

Antes da Pandemia

A educação no Brasil, é assegurada como um direito de todos. Segundo a Constituição Federal (1988), em seu Art. 205 afirma que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, é visto a responsabilidade do Estado em garantir que a educação seja alcançada e contemplada por todos, de forma equiparada; o texto constitucional ressalta o pleno desenvolvimento do alunado à efetivação do direito à educação, como instrumento de transformação social, compreendendo a própria dignidade da pessoa.

No tocante ao acesso e permanência, inclusive, como é dito no Art. 206 da Constituição (1988): O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Nos últimos anos, o Brasil vinha prosseguindo, morosamente, na garantia do acesso de cada criança e adolescente à Educação. De 2016 até 2019, o percentual de meninas e meninos de 4 a 17 anos na escola vinha crescendo no País (UNICEF, 2020). Porém, no final do ano letivo em 2020, o maior número de crianças e adolescentes que estavam fora da escola ou sem nenhuma atividade escolar, eram as de 6 a 10 anos - faixa etária que compreende alunos do Ensino Fundamental anos iniciais, idades essas que em 2019 apresentaram o menor percentual de crianças nessa condição, segundo nos revela o relatório do UNICEF (2020). Tal fato demonstra o aumento nos índices da falta de acesso e permanência dos alunos na escola, nos fazendo refletir, que os fatores envolvidos vão além do que as redes e unidades de ensino podem intervir ou dar resposta, mas implicam em garantir direitos como, acesso à assistência social, cultura, saúde, entre outros.

Com a Pandemia

No tocante ao acesso, segundo o censo escolar de 2020, no ensino fundamental, foram registradas 26,7 milhões de matrículas, 3,5% a menos do que em 2016. A queda no número de matrículas foi maior nos anos iniciais 4,2%. O UNICEF expõe a situação:

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia. (UNICEF, 2020, p.5)

É válido ressaltar, que a diminuição ao acesso pode ser influenciada por outros fatores, tais como: nível socioeconômico, raça/cor, gênero e origem geográfica.

As crianças entre 6 e 10 anos vivendo em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela exclusão escolar durante a pandemia em 2020. A precariedade das condições de vida nessas regiões, em especial nas áreas mais isoladas, informa sobre a urgência de se organizarem iniciativas que permitam romper com a falta de acessos. (CENÁRIO da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. UNICEF, [S. I.], p. 5-56, 15 abr. 2021).

O mesmo relatório, do UNICEF (2020), ainda aponta que, crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são a maioria dentre as(os) excluídos

da escola durante o ano letivo de 2020, o primeiro da pandemia. Demonstrando um retrocesso no acesso ao Ensino Fundamental, que já nessa etapa da Educação Básica, a meta de universalização estava quase atingida.

Na atual crise sanitária, a grande maioria dos países, senão todos, adotaram algum tipo de contenção no que se refere às instituições de ensino como afirma Pujol (2020) quando diz que em determinado período o fechamento das escolas afetou mais de 1,5 bilhão de estudantes, ou seja, 91% do total dos estudantes do mundo, algo inédito na história.

Acontece que o fechamento de instituições de ensino ocasiona diferentes transtornos, como mostra a UNESCO (2020), todavia, os reflexos são maiores naquelas regiões em que os aspectos socioeconômicos são mais vulneráveis, extrapolando assim as desigualdades existentes dentro dos muros da escola, e ocasionando situações como:

1. Interrupção do aprendizado; 2. Alimentação escolar; 3. Adaptação dos professores a nova realidade tecnológica; 4. Pais sem preparação para as atividades em ensino remoto e em casa; 5. Desafio nas melhorias e manutenção do ensino remoto; 6. Lacunas de assistência às crianças; 7. Aumento na taxa de evasão escolar; 8. Isolamento social das crianças; 9. Desafios para validar e medir o aprendizado. (UNESCO, 2020, on-line, adaptado).

Diante dessa realidade, é visto que múltiplas circunstâncias surgem com o repentino quadro da pandemia e, levando em consideração que ao se fechar as instituições de ensino, as chances de crescimento e desenvolvimento das crianças diminuem consideravelmente, essa interrupção é mais sentida em famílias mais carentes, pois fora da escola, as crianças possuem menos oportunidades educacionais.

Nesse contexto, as famílias se viram em uma situação em que os filhos precisariam de recursos digitais - ao menos acesso à internet, bem como auxílio às tarefas escolares, condições essas que não se aplicaram a todos.

Baixas condições financeiras para ter acesso a uma rede de internet; dificuldades de manejo dos dispositivos digitais como também sua disponibilidade ou acesso, seja por fatores econômicos ou outrem, podem tornar um entrave para o

aprendizado. Como, também, muitas vezes, aqueles que, teoricamente, poderiam ajudar as crianças, encontram dificuldades, sendo elas de cunho pedagógico, formativo, tecnológico ou laboral, pois, sejam no ensino público ou no ensino particular, o que os pais estão vivenciando hoje é algo totalmente novo (OLIVEIRA, 2020).

Tal pensamento é ratificado por Machado (2020, p.3), quando discorre: para os responsáveis, que em meio a um turbilhão de atividades e preocupações, estão assumindo o papel de tutores e educadores de seus filhos. [pois] muitos não fazem ideia do que fazer, estão completamente perdidos.

Dessa forma, percebe-se as dificuldades que muitos pais possuem, não por se isentarem da responsabilidade, mas sim pelos desafios que a própria situação impõe.

EVASÃO ESCOLAR

Antes da Pandemia

A respeito da evasão escolar, sabe-se que ela é uma consequência da falta de envolvimento dos jovens nas atividades escolares, que se dá por múltiplos motivos e está relacionada tanto a razões extraescolares quanto à qualidade e/ou adaptação do ensino oferecido.

De acordo com a pesquisa “Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens”, conduzida por Ricardo Paes de Barros, entre as causas externas da evasão, estão as dificuldades de acesso à escola, que podem estar associadas a pobreza, necessidades especiais, gravidez e maternidade, falta de transporte, violência e trabalho. Entre os motivos ligados ao contexto escolar, as causas envolvem: baixa qualidade da educação, dificuldades de aprendizagem, falta de significado e de flexibilidade no currículo e um clima escolar ruim. O estudo também traz um terceiro aspecto, relacionado à percepção dos jovens em relação à importância da educação.

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estima-se que cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola em 2019.

Tal fato nos remete a uma série de motivos que levaram essas crianças e adolescentes ao abandono escolar como, por exemplo, exclusão regional, exclusão por sexo, cor/raça, como também, exclusão por faixa de renda, conforme a informação do UNICEF (2020): "O patamar de renda das famílias que formam a maioria também sugere que as condições de vida e de acesso às demais condições de dignidade e aos demais direitos também podem estar comprometidas". (UNICEF, 2020, p. 32).

Independente das razões que levam as crianças e jovens a abandonar a escola, essa, traz prejuízos ao processo de escolarização, já que o mesmo pode ser visto como transformação e diminuição das desigualdades sociais.

Com a Pandemia

No Brasil, mesmo em tempos ditos normais revela-se árduo tratar da evasão escolar, e ainda mais complicado se torna o cenário ao aplicarmos ao contexto da pandemia no país.

A evasão escolar, também é uma razão da desigualdade, que se caracteriza pelo aluno deixar de frequentar as aulas durante o ano letivo. A taxa de abandono escolar nos anos iniciais do ensino fundamental é de 0,3% segundo o censo escolar de 2019.

Agora, com a pandemia, acentua-se ainda mais a questão da falta de acesso às aulas, que acarreta no acréscimo da desigualdade educacional e, conseqüentemente, da evasão, pois os estímulos negativos para o abandono continuam intensificados e os alunos cada vez mais vulneráveis.

Reduzir a evasão escolar é um moroso trabalho, em vista disso, as pesquisas que dissertam sobre esse assunto pendem a seguir em alta, sobretudo, para compreender os efeitos de aumento ou não da evasão escolar decorrentes dos anos pós-pandêmicos.

Deficiência de acesso aos recursos digitais

A maior parte das instituições escolares não possuíam – outras continuam sem possuir, o amparo necessário para o oferecer do ensino remoto ou a distância. E

então, de um dia para o outro as escolas se viram com a necessidade de encontrar maneiras de se adaptar a essas “novas tecnologias”.

No contexto da pandemia no país a utilização das novas tecnologias foram um desafio, refletindo assim, a baixa frequência do uso de ferramentas e plataformas digitais por parte dos professores (VAILLANT; ZIDAN; BIAGAS, 2020).

Casagrande (2020), em entrevista, defende que as instituições de ensino, o mais rapidamente, devem utilizar e se adaptar a essas novas tecnologias. Por outro lado, deparamo-nos com mais um obstáculo, para que essas práticas sejam efetivas e democráticas, ele defende que é necessário que todos os alunos tenham acesso à internet. Segundo pesquisa TIC domicílio (2018), 30% dos lares brasileiros não possuem internet, em sua maior parte, são residências de pessoas mais pobres. Para Casagrande (2020), essa questão vai acentuar a diferença de classes. A rede privada vai encontrar algumas soluções que demandam recursos financeiros, o que, para a escola pública, é muito mais difícil. Desse modo, os alunos do sistema público devem sentir mais os impactos.

Outra grande questão, é o fato de muitos alunos e, também, docentes não possuírem acesso à internet, seja totalmente ou parcialmente, tendo em vista o alto custo dos pacotes de banda larga que ofertam um alcance maior à diferentes aplicativos e até mesmo, uma boa velocidade, capaz de atender às plataformas online.

A referida pesquisa realizada pela Undime informa que 48,7% das redes municipais de ensino registraram muita dificuldade para o acesso de estudantes à internet e 24,1% para o acesso de docentes. E, ainda que a maioria das redes informe o uso de materiais impressos e orientações via WhatsApp para a manutenção dos vínculos de estudantes com as escolas, 74,1% das redes municipais declararam ter realizado formação para docentes sobre o uso de tecnologias para o ensino remoto. (CENÁRIO da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. UNICEF, [S. I.], p. 5-56, 15 abr. 2021)

Não deixando de fora o problema com o despreparo dos docentes para o oferecimento do ensino remoto, sendo pegos de surpresa e precisando se reinventar

da noite para o dia, da forma como podiam ou, nos melhores casos, com o amparo da instituição de ensino.

METODOLOGIAS UTILIZADAS NO ENSINO REMOTO

De uma hora para a outra, todos se viram dentro de suas casas, mergulhados na necessidade de se manterem conectados, desde às redes sociais, às mais diversas ferramentas disponíveis online.

(...) Todos aprendem juntos, não em um local no sentido comum da palavra, mas num espaço compartilhado, um “ciberespaço”, através de sistemas que conectam em uma rede as pessoas ao redor do globo. Na aprendizagem em rede, a sala de aula fica em qualquer lugar onde haja um computador, um “modem” e uma linha de telefone, um satélite ou um “link” de rádio. Quando um aluno se conecta à rede, a tela do computador se transforma numa janela para o mundo do saber. (HARASIM et al., 2005, p.19).

Dentre as plataformas que estão sendo mais utilizadas durante o período online estão, Teams, Skype, Google Classroom, Zoom, Youtube, grupos de WhatsApp, dentre outros.

Existem instituições que ainda optaram por distribuir materiais e atividades impressas, com um cronograma de tarefas a serem realizadas diariamente, pensando em atender aos alunos e responsáveis que não possuem domínio com a internet.

As aulas ministradas de forma online estão sendo desafiadoras para todos. Para os professores que rapidamente tiveram que se ajustar e se reinventar em um universo que até então, era distante para muitos – o ensino a distância e as tecnologias. Para os responsáveis, que em meio a tantas responsabilidades e preocupações, assumiram o papel de tutores e educadores de seus filhos, mesmo não sabendo como o fazer. Assim como, para os alunos, que tiveram que se adaptar aos métodos de aprendizagem, sendo desafiados a manter o foco e a disciplina, nesse novo momento, principalmente, aqueles que não tiveram auxílio de ninguém e tiveram que se adequar aos recursos oferecidos. Todos precisando se amoldar às condições possíveis de espaço dividido com a família.

As diferenças socio-regionais de acesso e conhecimento das tecnologias da informação e comunicação, se evidenciaram tanto para professores quanto para

alunos, nos trazendo um novo desafio didático-pedagógico, em que todos possam ter acesso as TIC, bem como o uso das mesmas no processo de ensino-aprendizagem.

É com a soma de esforços de toda a comunidade escolar, que se torna mais possível realizar um bom trabalho, contando com as tecnologias para o ensino remoto.

Possíveis soluções para a desigualdade de acesso

Diante do exposto, a garantia do direito à educação, estabelecida na lei, ainda tem um longo caminho para efetivar-se (UNICEF, 2020). Ítalo Dutra, chefe de Educação do UNICEF no Brasil, afirma que:

As opções de atividades para a continuidade das aprendizagens na pandemia não se deram de forma igual para todos os estudantes, excluindo os mais vulneráveis. A perspectiva que se anuncia para os próximos anos é de agravamento dos desafios para a educação pública. Nesse contexto, o enfrentamento da cultura do fracasso escolar é imprescindível.

É desafiador afirmar que as crianças e adolescentes voltem e permaneçam nas escolas após o retorno das aulas presenciais. Isto se torna difícil quando o intervalo de tempo é longo e também sob fatores socioeconômicos agravados. Desse modo, podemos frisar algumas ações para melhorar o contato com os alunos durante o período de interrupção das aulas presenciais, como também no retorno à escola de forma presencial.

Ações durante a interrupção das aulas presenciais: Assegure o acesso de todos os estudantes às atividades de ensino remoto propostas; Mantenha canais de comunicação abertos com os estudantes e as famílias para obtenção de feedbacks sobre a atuação da escola e identificação de pontos de aprimoramento; Envolve os pais no engajamento dos filhos nos estudos. Eles são parceiros fundamentais nesse momento; Desenvolva, na medida do possível, uma forma de checagem diária com cada aluno, dando especial atenção aos mais vulneráveis.

Ações na retomada das aulas presenciais: Realize a busca ativa dos estudantes que não voltarem a frequentar a escola; Defina uma forma de avaliação diagnóstica dos alunos e de que modo será realizada a recuperação dos que apresentarem defasagem de aprendizagem; Estabeleça estratégias de acompanhamento dos estudantes com maior propensão a evadir; Procure identificar os alunos que precisam de apoio financeiro para atendimento a despesas básicas e acione recursos de outras Secretarias, como Assistência Social.

(INSTITUTO UNIBANCO, 2020, on-line, adaptado).

É necessário, fornecer educação de qualidade a todos os cidadãos, investir em políticas de conectividade para as escolas e acesso à internet para estudantes e professores. Nesse sentido, as políticas públicas são instrumento hábil ao cumprimento desta obrigação, se atentando às prioridades que precisam ser adotadas em cada região, em cada estado e no país.

Assim, numa análise preliminar, política pública na área educacional nada mais é do que a ponte que liga as determinações e objetivos legais com a realidade local. Por conseguinte, tais políticas têm uma ligação direta com a escola, posto que esta é o locus onde a realidade que necessita ser atingida se apresenta. Logo, toda escola sofre os reflexos advindos das políticas públicas educacionais, quer direta ou indiretamente.
(FERREIRA, NOGUEIRA, 2015, p.1)

Em termos de universalização do acesso à internet, é possível perceber a necessidade de uma política nacional de oferecimento à rede de banda larga móvel, com parcerias de grupos privados de telefonia móvel, os quais já possuem políticas de oferta de pacotes de dados que não contabilizam o gasto de dados em determinados aplicativos, como Facebook e WhatsApp, por exemplo. Tal política poderia ser estendida para sites específicos, determinados por secretarias da Educação ou pelo próprio Ministério da Educação, de modo a permitir o amplo acesso aos conteúdos educacionais produzidos.

Decerto, com essa epidemia mundial, vale ressaltar a importância das instituições de ensino se manterem atualizadas a respeito das novas tecnologias e das plataformas educacionais, a fim de estarem preparadas para o futuro que é incerto. Afinal, estar longe da escola, mas em contato cotidiano com as suas ações pedagógicas é menos danoso do que não estar em qualquer contato com a escola ao longo de muitos meses de confinamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de trazer ao leitor as considerações finais à pesquisa realizada, retomamos o objetivo da investigação que se propôs apresentar o aumento das

desigualdades de acesso à educação no contexto da pandemia da Covid-19, bem como o crescimento da evasão escolar durante o período de ensino remoto, analisando a deficiência de acesso aos recursos digitais e identificando possíveis soluções para tais problemas.

Frente a atual situação do Brasil, questionamentos são levantados quanto à efetivação de diversos direitos, incluindo, a educação. Decerto, o impacto da pandemia da Covid-19 será sentido por vários anos no sistema educacional. Somente com o tempo conseguiremos estimar o dano para as crianças e os adolescentes. No momento presente, os primeiros dados oficiais começam a aparecer, promovendo uma base de comparação essencial para se estimar os novos desafios.

Ademais, observa-se que as crianças e adolescentes que estão em maior suscetibilidade e injustiça social são os mais impactados pelo fechamento das escolas devido à COVID-19, seja pelo agravamento das dificuldades financeiras, pela falta de acesso aos recursos digitais e à tecnologia da informação, bem como por questões relacionadas à falta de auxílio nas tarefas acadêmicas. Isto posto, os governos devem se mobilizar para atender, não somente, mas majoritariamente os alunos nessas situações.

Em relação aos reflexos expostos, propusemos alternativas cabíveis às políticas educacionais, para uma possibilidade de equiparação do direito que é de todos.

Entendemos que a nossa pesquisa contribui na área da educação ao evidenciar os reflexos pandêmicos relacionados às desigualdades de acesso e à evasão escolar, viabilizando uma discussão pertinente ao contexto no qual estamos inseridos atualmente.

A educação desenvolve pessoas, ela está presente em todos os setores da sociedade. Na escola, a criança em situação de pobreza tem a oportunidade de mudar sua condição, posto que, a desigualdade social, muitas vezes, se torna um empecilho para o processo de ensino aprendizagem. Há a possibilidade de a escola ser um agente de mudança desse cenário, enxergando a realidade e alimentando em cada aluno essa vontade de transformação. Para isso, é primordial, que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, acreditem que podem sim, ser agentes de

transformação, das mais diversas realidades, independentemente de qualquer obstáculo, independentemente de qualquer crise. A educação é um direito de todos. A educação transforma.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de. Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens. **Gesta.org**, [S. l.], p. 03-220, 14 out. 2017.

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Censo Escolar de 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/IDEB>. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Formação em Ação, 2012.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. ESCOLA, POBREZA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE A EDUCABILIDADE. EDUCERE - XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 01-14, [s.d.]

CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves; BARBOSA, Fabiana Carla Gomes. **Revista Com Censo**#22-volume 7, número 3, agosto 2020 ARTIGOS(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. Revista Com Censo, p. 02-09, 5 ago. 2020.

CASAGRANDE, R. Corona vírus no Brasil: como a pandemia prejudica a educação. Entrevista concedida à revista eletrônica Guia do Estudante. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/coronavirus-no-brasil-como-apandemia-prejudica-a-educacao/>. Acessado em: 23 de Abril 2020.

CENÁRIO da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. UNICEF, [S. l.], p. 5-56, 15 abr. 2021

CENPEC EDUCAÇÃO. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. UNICEF BRASIL, p. 11-58, 2 abr. 2021.

CONSTITUIÇÃO Federal de 1988. Portal MEC, [s.d.]

HARASIM, Linda et al. **Redes de aprendizagem**: Um guia para ensino e aprendizagem online. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Formação em Ação, 2012.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório da Educação. Ações Durante e Pós Pandemia São Necessárias para Evitar Evasão, 2020. Disponível em: . Acesso em: 27 jun 2020.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes** (MG, 2002 a 2006). 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

MACHADO, P. L. P. Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais. **Revista Científica Multidisciplinar** Núcleo do Conhecimento. São Paulo - SP, n. 6, v. 8, p. 58-68, jun 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tempos-de-pandemia>. Acesso em: 21 nov 2020.

PELISSARI, L. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PUJOL, L. EdTech. **Um guia completo sobre os efeitos do corona vírus na educação**, 2020.

REVISTA BRASIL. Desigualdade brasileira fica estável, mais ainda é uma das 10 mais altas do mundo. EBC, p. 01, 19 fev. 2020.

STEIMBACH Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: razões de permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado, 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

UNESCO. Adverse consequences of school closures, 2020. Disponível em: . Acesso em: 13 mai 2020

UNICEF BRASIL. Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro. 28 jan. 2021.

UNICEF. UNICEF alerta: garantir acesso livre à internet para famílias e crianças vulneráveis é essencial na resposta à Covid-19. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>. Acesso em: 20 jul. 2020 >

VAILLANT, D.; ZIDAN, E. R.; BIAGAS, G. B. Uso de plataformas y herramientas digitales para la enseñanza de la Matemática. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ., Rio de

Janeiro, v. 28, n. 108, p. 718- 740, set. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002802241>. Acesso em: 20 nov. 2020.